



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA CLAUSURA DA SEGUNDA SESSÃO DO CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II

4 de Dezembro de 1963

Veneráveis irmãos

Chegou a hora de pormos termo a esta segunda sessão do grande Concílio Ecuménico que estamos celebrando.

Já foi longa a ausência de cada um de vós da sua diocese, onde o ministério sagrado reclama a presença, o conselho e a acção do seu zeloso pastor. Já foi pesado, assíduo e prolongado o trabalho a que as cerimónias, os estudos e as reuniões deste período conciliar vos forçaram. Já entrámos nos sagrados dias do Advento que nos prepara para celebrarmos dignamente a memória, que todos os anos ocorre — sempre solene, sempre maravilhosa e sempre piedosíssima — do santo Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo. E nenhum de nós, durante tão importante e absorvente celebração do mistério inefável da Encarnação do Verbo de Deus, pode entregar-se a outros pensamentos, por mais altos e santos que sejam, ou pode viver noutra sede, por mais alta e venerável que seja. Deve realizar os mistérios litúrgicos onde a Providência designou a cada um a sua igreja, a sua comunidade, o seu múnus sacerdotal e pastoral.

Devemos, pois, pela segunda vez, interromper a realização destas magníficas assembleias conciliares; devemos trocar entre nós as saudações de paz fraterna; devemos uma vez mais sentir o inexorável fluxo das coisas que o tempo gera e devora; devemos separar-nos, depois de termos gozado dias e acontecimentos de incomparável conversação fraterna.

Mas não o podemos fazer sem primeiro dar graças a Deus pelos benefícios que Ele nos concedeu nesta ocasião e por meio dela. Nem podemos passar em silêncio o nosso reconhecimento a todos os que participaram nesta sessão conciliar e contribuíram positivamente, dum ou doutro modo, para a sua feliz realização. Pela Nossa parte, dirigimos uma expressão de especial reconhecimento à Presidência do Concílio, aos Moderadores e à Secretaria de modo particular, como também às Comissões, aos Peritos, aos serviços da imprensa e da televisão, e aos que prepararam esta Basílica para nos receber, como também a todos os que facilitaram a hospitalidade e tudo o mais que se exigia para os Padres conciliares. Devemos também um agradecimento especial àqueles Padres que desejaram contribuir

para as enormes despesas, requeridas para a boa organização deste acontecimento, e ajudaram com caridade fraterna os seus Irmãos necessitados, ou contribuíram para as imensas necessidades da Igreja e para as vítimas das recentes calamidades.

Antes de concluirmos estes nossos trabalhos, seria oportuno resumi-los e estudarmos juntos como eles decorreram e quais foram os resultados conseguidos. Mas levar-nos-ia longe demais. Nem poderíamos indicar tudo, pertencendo muitos aspectos deste Concílio àquele campo da graça e àquele. reino interior das almas, onde nem sempre é fácil entrar. Nem estão ainda maduros neste momento muitos resultados dos trabalhos realizados; mas, como sementes lançadas nos sulcos, esperam, do tempo e dos novos concursos misteriosos do favor divino, a sua efectiva e benéfica germinação.

Todavia, para não parecer que nos afastamos desta sede conciliar sem mostrar gratidão a Deus pelos benefícios, de que este acontecimento constituiu manancial, dir-nos-emos a nós mesmos que alguns dos objectivos do Concílio se conseguiram já, ao menos em parte. Queria a Igreja aumentar a consciência e a ciência de si mesma: ora eis que ela, precisamente no círculo dos seus Pastores e Doutores, começou uma grande meditação sobre o mistério, a que ela vai buscar origem e forma. A meditação não terminou, mas a dificuldade de a concluir está a lembrar-nos a profundidade e a amplitude desta doutrina, e vem pedir a cada um de nós um esforço de compreensão e de expressão, que não pode, por um lado, deixar de conduzir as nossas mentes — e sem dúvida também as dos fiéis que seguem com atenção os nossos trabalhos — àquele Cristo, de quem tudo nos vem, e a quem nós queremos reconduzir tudo: «reconciliare omnia in ipsum» (1); por outro lado, aumenta a nossa felicidade por termos sido chamados a fazer parte deste santíssimo Corpo místico de Cristo, e excita a nossa caridade mútua, princípio e lei da vida da Igreja. Alegremo-nos, Irmãos: teve alguma vez a Igreja tanta consciência de si mesma, esteve tão enamorada de Cristo, tão feliz e tão unida? tão decidida a imitá-lo, tão pronta a cumprir a sua missão? Alegremo-nos, Irmãos: aprendemos a conhecer-nos e a conversar entre nós, e de estrangeiros, que quase éramos uns para os outros, fizemo-nos amigos. Não experimentamos a verdade das palavras de S. Paulo, que assim definem a Igreja: «iam non estes hospites et advenae, sed estes cives sanctorum et domestici Dei, superaedificati super fundamentum apostolorum et prophetarum, ipso summo angulari lapide Christo Iesu» (2). E não entrevemos já que, se a lei canónica que governa a Igreja tiver um progresso, será em dois sentidos: no do reconhecimento. a cada pessoa e a cada função de maior dignidade e maior possibilidade de acção, e ao mesmo tempo no do reforço do poder que une hieràrquicamente a comunidade dos crentes, reforço como que exigido intimamente pelo amor, pela harmonia e pelo respeito mútuo? Coisa grande devemos dizer que é este Concílio, favor grande de Deus à sua Igreja, se para estes pensamentos e para estes propósitos estão tão firmemente orientados os nossos espíritos.

Se nos perguntamos como decorreram os trabalhos do Concílio, também nos devemos alegrar de eles terem alcançado tão numerosa, tão assídua e tão animada participação. Até mesmo o espectáculo desta Basílica, povoada pela vossa venerada e numerosa presença, enchia de

admiração de piedade e alegria espiritual os nossos espíritos. Foi-nos também agradável ver presentes os respeitáveis Observadores, convidados, que tão gentilmente aceitaram vir. E confortou também o Nosso ânimo paterno terem vindo, em silêncio mas tão unidos como filhos Nossos que são, os Ouvintes, filhos a nós caríssimos que representam as fileiras imensas do laicado católico, em colaboração com a hierarquia da Igreja na difusão do reino de Deus. Tudo nesta sala e nesta ocasião se torna simbólico e expressivo, e tudo nos manifesta pensamentos divinos, tudo nos anuncia esperanças divinas.

Nem Nos alegra menos o modo como procedeu a actividade deste Concílio: não haveríamos de manifestar a Nossa gratidão aos Padres da Presidência, aos Moderadores, à Secretaria do Concílio, às Comissões e aos Peritos que Nos ajudaram com trabalho e conselho?

Notaremos ainda dois aspectos desta actividade: que foi bastante laboriosa e que foi completamente livre na expressão. Parece-Nos muito digno de se pôr em relevo este duplo mérito, característica deste Concílio e exemplo para o futuro. Assim procede hoje a santa Igreja no momento mais alto e mais significativo da sua intensa e espontânea actividade.

Nem esta alegria ficou nalguma coisa diminuída com a multiplicidade e até diversidade das opiniões que entreteceram as discussões conciliares; prova da profundidade dos temas ventilados, do interesse com que foram tratados, e da liberdade, como dizíamos, com que foram discutidos.

Não ficou sem fruto a discussão difícil e intrincada, pois um dos temas — o primeiro a ser examinado e o primeiro, em certo sentido, na excelência intrínseca e na importância para a vida da Igreja — o da sagrada Liturgia, foi felizmente concluído e é hoje por Nós solenemente promulgado. Exulta o Nosso espírito com este resultado. Vemos que se respeitou nele a escala dos valores e dos deveres: Deus, em primeiro lugar; a oração, a nossa primeira obrigação; a Liturgia, fonte primeira da vida divina que nos é comunicada, primeira escola da nossa vida espiritual, primeiro dom que podemos oferecer ao povo cristão que junto a nós crê e ora, e primeiro convite dirigido ao mundo para que solte a sua língua muda em oração feliz e autêntica e sinta a inefável força regeneradora, ao cantar connosco os divinos louvores e as esperanças humanas, por Cristo Nosso Senhor e no Espírito Santo.

Bom será que recolhamos como tesouro este fruto do nosso Concílio; que o consideremos como aquilo que deve animar e caracterizar a vida da Igreja; de facto, a Igreja é uma sociedade religiosa, uma comunidade de oração, um povo que regorgita de interioridade e de espiritualidade, derivadas da fé e da graça. Se introduzimos agora alguma simplificação nas expressões do nosso culto e se procuramos torná-lo mais compreensível ao povo fiel e mais adaptado à sua linguagem actual, não quer dizer que pretendamos diminuir a importância da oração, colocá-la depois doutros cuidados do ministério sagrado ou ad actividade pastoral, nem ainda empobrecê-la na sua força expressiva e no seu valor artístico; queremos apenas torná-la mais pura, mais genuína, mais próxima das suas fontes de verdade e de graça, mais capaz de se

tornar património espiritual do povo.

Para que isso se realize, desejamos que ninguém altere a regra da oração oficial da Igreja com reformas privadas ou ritos particulares, que ninguém se atreva a antecipar arbitrariamente a aplicação da Constituição litúrgica por Nós hoje promulgada, antes que sejam dadas instruções oportunas e autorizadas e estejam devidamente aprovadas as reformas, que serão confiadas aos respectivos organismos pós-conciliares. E nobreza da oração eclesial a sua harmonia coral no mundo: ninguém venha perturbá-la ou ofendê-la.

Outro fruto, e não de pouco valor, do nosso Concílio, é o Decreto sobre os meios de comunicação social, índice da capacidade da Igreja de unir à vida interior a exterior, à contemplação a acção, à oração o apostolado. Também este resultado conciliar — assim esperamos — poderá servir de guia e encorajamento a muitíssimas formas de actividade, no — exercício do ministério pastoral e da missão católica no mundo.

Podemos também enumerar entre os frutos do Concílio as numerosas faculdades, contidas no documento distribuído a cada um dos Padres conciliares. Para corresponder aos fins pastorais do Concílio, quisemos declarar que elas ficam a ser da competência dos Bispos, especialmente dos que têm jurisdição ordinária.

Ainda não é tudo. O Concílio trabalhou muito. Como bem sabeis, ele enfrentou muitos problemas cujas soluções em parte já foram virtualmente determinadas por sentenças autorizadas, que, depois de completado o trabalho sobre a matéria a que se referem, serão a seu tempo publicadas na devida forma.

Outras questões ficam abertas a novo estudo e a nova discussão. Esperamos que a terceira sessão, no outono do ano próximo, as venha concluir. Não nos desagrada que repouse um pouco a nossa reflexão sobre problemas tão graves, e que o trabalho das Comissões competentes — em cujo auxílio eficaz tanto esperamos — tendo em conta a opinião expressa pelos Padres conciliares especialmente nas Congregações gerais, prepare para as futuras reuniões conciliares fórmulas estudadas profundamente, rigorosamente enunciadas, oportunamente condensadas e abreviadas, de modo que a sua discussão, embora sempre livre, se torne mais fácil e mais breve.

Tal é, por exemplo, a questão sobre a Revelação divina, à qual Concílio deverá dar resposta que defenda o depósito sagrado das verdades divinas contra os erros, os abusos e as dúvidas, que lhes comprometem a validade subjectiva, e ao mesmo tempo dê normas aos estudos bíblicos, patrísticos e teológicos que o pensamento católico, mantendo-se fiel ao magistério eclesial e usando todos os meios científicos modernos, há-de promover cheio de confiança, entusiasmo e prudência.

Tal é igualmente a questão grave e complexa sobre o Episcopado. Ocupa o primeiro lugar na ordem lógica e na importância, neste Concílio Ecuménico Vaticano II, continuação natural — não esqueçamos nunca — e complemento do Concílio Ecuménico Vaticano I. Sem opor-se, mas pelo contrário confirmando as supremas prerrogativas derivadas de Cristo e reconhecidas no Romano Pontífice, munido de toda a autoridade necessária para o governo universal da Igreja; quer este Concílio esclarecer devidamente, seguindo o pensamento de Nosso Senhor e a tradição autêntica da Igreja, a natureza e a função do Episcopado, como instituição divina, declarando quais os seus poderes e como se devem exercer. Isto tanto no que diz respeito a cada Bispo em particular como a todos em conjunto. Deve ficar bem definida a posição altíssima do Episcopado na Igreja de Deus; não, é claro, como organismo independente, separado, nem, muito menos, antagonista do supremo Pontificado de Pedro, mas conspirando com ele e sujeitando-se à sua dependência em ordem ao bem comum e ao fim supremo da própria Igreja. De modo que saia reforçada, e não enfraquecida, a contextura hierárquica; aumentada, e não diminuída, a colaboração interna; melhorada, e não debilitada, a eficiência apostólica; inflamada, e não arrefecida, a caridade mútua. Nós esperamos que, sobre este assunto de tanta importância, o Concílio dirá a sua palavra esclarecedora e confortante.

Igualmente sobre a questão do esquema sobre a B. Virgem Maria, Nós esperamos que esta assembleia tomará a melhor solução: o reconhecimento unânime e devotíssimo do lugar tão privilegiado que a Mãe de Deus ocupa na santa Igreja, da qual sobretudo trata o presente Concílio: abaixo de Cristo tem o lugar mais alto, lugar que é ao mesmo tempo o mais próximo de nós. Sob o título de «Mater Ecclesiae» poderemos honrá-la, para glória sua e conforto nosso.

Depois destas questões, que o Concílio já tocou, restam muitas outras que ainda não pôde tratar, mas já foram estudadas profundamente. Nós promoveremos novo e profundo exame dessas questões, para se poderem apresentar à próxima sessão do Concílio esquemas mais breves e de tal modo elaborados que não seja difícil obter a decisão do Concílio sobre algumas proposições fundamentais, deixando maiores esclarecimentos e desenvolvimentos para as Comissões pós-conciliares. Entre estas terá certamente o trabalho principal a encarregada da preparação dos novos Códigos tanto para a Igreja latina como para a Igreja oriental. Nesse trabalho que sucederá ao Concílio, ser-Nos-á preciosa a colaboração do Episcopado, em formas novas e sugeridas pela necessidade e pela índole da constituição eclesiástica. Para começar, teremos muito gosto em escolher entre o Episcopado de todo o mundo e nas Ordens religiosas, como se fez para as Comissões preparatórias do Concílio, Irmãos dedicados e experimentados, que, junto com os membros competentes do sacro Colégio, venham trazer conselho e ajuda para se virem a transformar em normas oportunas e pormenorizadas as deliberações bastante gerais do Concílio. Dessa maneira — salvaguardadas sempre as prerrogativas do Romano Pontífice, que foram definidas pelo primeiro Concílio Vaticano — a experiência nos sugerirá, sob a protecção da Providência divina, qual a maneira de tornar mais eficaz a colaboração devota e cordial dos Bispos para o bem da Igreja universal.

Concluamos, portanto, esta sessão conciliar, pondo em evidência que, tudo considerado, ela teve um valor muito positivo: muito trabalhou, sem dúvida, terminou alguns capítulos da sua imensa matéria, abriu o caminho ao estudo doutros capítulos importantes, demonstrou como as diversas opiniões se podem manifestar livremente. Mostrou bem claro como é desejável e possível o acordo sobre questões fundamentais em discussão e como todos e cada um aceitam firme e expressamente as verdades dogmáticas que fazem parte do património doutrinal da Igreja. Estimulou em todos aquela caridade que não deve nunca deixar de reinar entre nós quando procuramos e professamos a verdade. Sempre teve presente a finalidade pastoral deste Concílio. Procurou sempre métodos e expressões que possam aproximar os Irmãos separados. Acompanhou cada um dos seus actos com a oração a Deus, fonte de toda a nossa esperança.

Todavia, esta sessão deixa em nós mais vivo o panorama do que ainda está por fazer e mostramos mais clara a obrigação de tornarmos a Igreja mais apta para levar ao mundo moderno a sua mensagem de verdade e de salvação. O nosso pensamento não se afastou das condições do tempo actual, não diminuiu o nosso amor pela humanidade que nos rodeia. Este anelo de caridade mais eficaz levá-lo-á no coração cada Bispo, ao retomar o caminho da sua sede habitual e dos seus cargos usuais. Antes mesmo que esta assembleia trate os problemas do apostolado moderno, pode-se dizer que todos nós lhes conhecemos as soluções; sobre eles já é rico e cheio de luz o ensino da Igreja, e já o exemplo dos nossos melhores Irmãos indicou os caminhos que se devem seguir. Não poderemos desde este momento, ao voltarmos deste Concílio, dar mostras de a nossa solicitude pastoral se ter reavivado, levando, aos nossos fiéis e a quantos possamos atingir com o nosso ministério, palavras de exortação e de conforto? Não poderemos desde agora, quase como preparação da sessão seguinte, dar à nossa vida interior maior intensidade e ouvir mais atentamente a Palavra divina? Não poderemos levar ao nosso clero uma mensagem de fervor e de caridade? aos nossos leigos, uma saudação de alento e confiança? à juventude, um convite que ofereça ao campo do pensamento um raio de verdade? ao mundo do trabalho, uma mensagem de esperança e de afecto? aos pobres, a primeira bem-aventurança do Evangelho?

Julgamos que não há exercício do nosso ministério que melhor nos disponha, com a ajuda de Deus, a concluirmos, de maneira prática e benéfica, o grande Concílio.

E agora permiti-Nos uma última palavra para comunicar vos um propósito que desde há muito tempo amadurecia na Nossa alma e que Nos decidimos tornar público diante de uma tão eleita e significativa assembleia.

É tão viva em Nós a convicção de que, para a feliz conclusão final do Concílio, é necessário intensificar orações e obras, que tomámos a decisão, depois de madura reflexão e muita oração, de Nos fazermos Nós mesmos peregrino à terra de Jesus Nosso Senhor.

Queremos, de facto, dirigir-Nos, se Deus Nos ajudar, no próximo mês de Janeiro, à Palestina

para honrar pessoalmente nos lugares santos, onde

Cristo nasceu, viveu e morreu e ressuscitado subiu ao céu, os principais mistérios da nossa salvação: a Encarnação e a Redenção.

Veremos aquele solo bendito de onde Pedro partiu e para onde nenhum dos seus sucessores voltou! Nós humildemente e por breve tempo lá iremos em atitude de oração, de penitência e de renovação para oferecer a Cristo a sua Igreja, para chamar a ela, única e santa, os Irmãos separados, para implorar a divina misericórdia em favor da paz entre os homens, a qual nestes dias se mostra ainda tão débil e periclitante, para suplicar a Cristo Senhor a salvação de toda a humanidade.

Que Maria Santíssima guie os Nossos passos e os Apóstolos Pedro e Paulo e todos os Santos Nos assistam benignos do céu.

E como Nós teremos a vós todos presentes no Nosso espírito durante esta piíssima viagem, assim também vós, veneráveis Irmãos, acompanhai-Nos com as vossas orações, a fim de que este Concílio possa alcançar um bom êxito para glória de Cristo e bem da sua Igreja.

Agradecemos a todos e a todos saudamos, exprimindo igualmente aos Observadores a Nossa grata e reverente despedida; saudamos também os caros Ouvintes e todos quantos rezaram e trabalharam durante este Concílio.

O Nosso pensamento benévolo, mas triste, dirige-se de modo especial aos Nossos Irmãos no Episcopado ausentes e em meio à tribulação, que com tanta alegria teríamos querido abraçar e cujas orações, santificadas pelo sofrimento, contribuíram eficazmente — estamos certos — para o bom andamento dos trabalhos desta segunda sessão. A eles, com a Nossa paterna lembrança e encorajamento a perseverar na fidelidade a Cristo e à sua Igreja, chegue uma Nossa especialíssima bênção. Propiciadora de celestes favores chegue outrossim a Nossa auspiciosa bênção a todos os católicos, a quantos foram iluminados por Cristo Salvador; para todos os homens de boa vontade pedimos ainda de Deus toda a espécie de felicidade e saúde ⁽³⁾.

Notas

⁽¹⁾ Col. 1,20.

⁽²⁾ Ef. 2, 19-20.

(3) AAS 56 (1964), p. 31-40.

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana